

ATA

N.º 04/2022

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
29 de setembro de 2022**



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2022:**

---Aos **vinte e nove** dias do mês de **setembro** do ano **dois mil e vinte e dois**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, com a fundamentação da situação excecional provocada pela pandemia de Covid-19 e as orientações legislativas e as diretrizes das autoridades de saúde, bem como o princípio da boa administração e os termos da previsão legal constante do artigo 2º da Lei nº 1-A/2021, de 13 de janeiro, que procede à alteração do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Celestino Cubelo Moraes,
António Laranjeira Ribeiro, em substituição de José Maria Losa Esteves,
Hélio da Silva Brites, em substituição de João Carlos Fraga de Oliveira Martins,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Marlene Filipa Coutinho Barbosa, em substituição de Anabela Solinho Martins,
Manuel Capitão Cerqueira, em substituição de Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
António Maria Miranda Neves, em substituição de Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Moraes Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Tiago Filipe dos Santos Miranda, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.



---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento

da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima Souto Emílio

Luís António Sequeira Peixoto,

António Sérgio Moreira Mano,

Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e

Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

Verificou-se a ausência da Vereadora Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger.-----

---Não compareceu inicialmente o deputado municipal Armando Luís Lopes Martins, tendo chegado pelas vinte e uma horas.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou ter recebido seis pedidos de substituição por parte dos senhores deputados municipais, aos quais foi dada posse, previamente ao início desta sessão.

Usou ainda da palavra, pedindo permissão aos Senhores Deputados Municipais, para fazer uma breve intervenção nos seguintes termos:

"Estamos a festejar os 450 anos do nosso Município, quero agradecer o empenho de todos os membros da Assembleia Municipal que se quiseram associar a este evento que ainda decorre.

O contributo foi significativo, como aliás se viu na reunião conjunta de preparação que tivemos. Mais um exemplo de cooperação que registo com agrado e que a todos prestigia.

Estamos na fase final da revisão do Regimento, penso que os líderes dos grupos políticos já partilharam, ou então estão prestes a partilhar, o documento, para que todos possam dar a sua opinião. Se ainda não foi distribuído, peçam ao vosso líder do grupo político para lhes dar o Regimento, para poderem dar os vossos contributos.

Pensamos que levaremos o documento à próxima Assembleia, para apreciação e votação.

Peço-vos que sejam pró-ativos e não apenas passivos e vejam o documento.

Espero que de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos corram com fluidez e que possamos atingir o objetivo de duração máxima de duas horas e meia nesta Assembleia."-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:_____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2022 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de junho de 2022 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES NA REFERIDA SESSÃO, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2022.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais António Laranjeira Ribeiro, Hélio da Silva Brites, Marlene Filipa Coutinho Barbosa, Manuel Capitão Cerqueira, António Maria Miranda Neves, Ilídio Morais Rodrigues, Tiago Filipe dos Santos Miranda, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 29 de junho de 2022.-----

Não participou ainda, na votação, o senhor deputado municipal Armando Luís Lopes Martins, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Publico presente,

Começo esta minha intervenção por felicitar o executivo pelo indiscutível sucesso que o programa de atividades de verão alcançou. Um programa ambicioso, que trouxe a Esposende milhares de pessoas e que permitiu ao comércio local dinamizar a sua atividade depois de 2 anos de evidente contenção, originada pela pandemia da Covid-19. Um programa de verão que superou as expetativas, trazendo ao concelho uma dinâmica nunca antes vista no que à participação da população do concelho diz respeito. Depois do período pandémico que impediu todo tipo de manifestações lúdicas ou de lazer, as pessoas estavam a precisar de momentos como os que nos foram proporcionados, e nessa medida, o município esteve bem, não falhou e não defraudou as expectativas da população, tendo contribuído de forma inequívoca no regresso a uma normalidade muito esperada e desejada.

Para este sucesso, também muito contribuíram as comemorações do dia do Município e o excelente programa das comemorações dos 450 anos de existência de Esposende. Para quem

assistiu ao retrato histórico das vivências de Esposende e das suas gentes enquanto concelho, não podemos deixar de felicitar, a Câmara Municipal e todos aqueles que, com o seu contributo, colaboraram na programação e na concretização das diversas iniciativas levadas a cabo. Desde o desfile alegórico das vivências das gentes do concelho até à inauguração do fabuloso mural evocativo dos 450 anos representativo das 15 freguesias do concelho, nada foi esquecido. Se por um lado os do costume tentaram minorizar as comemorações, nós dizemos com orgulho e gratidão, que a data foi condignamente lembrada, e estas comemorações foram dignas da história deste Município. Por isso, pelos 450 anos de existência do nosso concelho, deixamos o nosso obrigado ao Município pela marca que deixa para a história, da história de Esposende.

*Sr. Presidente da Mesa,
Sr. Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados.*

Faz precisamente este mês um ano que decorreram as últimas eleições autárquicas. Um ato eleitoral que deu ao PSD uma das suas vitórias mais expressivas de que há memória, e que não deixou dúvidas sobre qual o projeto político que os esposendenses queriam para o concelho. Passado um ano sobre o ato eleitoral, e como tem sido apanágio da nossa postura e atuação enquanto grupo político nesta assembleia, fazemos agora um breve balanço do trabalho desenvolvido pelo executivo, e sobre o cumprimento dos objetivos a que se propôs alcançar desde o início do presente mandato. E se as vitórias alcançadas pelas listas lideradas e apoiadas pelo PSD foram inequívocas, passado um ano sobre o ato eleitoral, não será demais relembrar a população do concelho, e sobretudo os mais distraídos e os que vivem em negação, de que os compromissos assumidos pelos eleitos do PSD não só se vão cumprindo e concretizando, como também vão contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento sustentado que se vai verificando uma pouco por todo o concelho.

Depois das inúmeras dificuldades e obstáculos originados pela pandemia da Covid-19, este primeiro ano de mandato revelou-nos uma certeza: a de que só um planeamento eficaz aliado ao rigor orçamental ao qual o executivo nos tem habituado, permitiu a implementação de mais um orçamento record, com os mais de 39M de euros, e a concretização de muitas das obras e investimentos levados a cabo nos últimos anos, concretamente, mais de 10M de euros em obras que culminaram em 22 inaugurações nos últimos tempos.

A par destas concretizações, destacamos a aposta na realização da hasta pública levada a cabo no mês de agosto, e que foi coroada de sucesso. Foram vendidos todos os prédios e atingidas as previsões de encaixe financeiro previstas pelo município. Um montante global importante para reinvestir em cada uma das freguesias abrangidas pelas vendas, conforme estava previsto na génese da proposta de alienação de património levada a cabo.

O que nos revela mais uma aposta ganha pelo executivo que, pese embora os inevitáveis constrangimentos originados pela guerra na Ucrânia, e o consequente aumento dos custos de vida, do preço do trabalho e dos materiais, soube reorganizar-se face a esta problemática da inflação, e tem conseguido dar seguimento aos seus investimentos, projetando o futuro sem pôr em causa a sua sustentabilidade financeira. A título de exemplo, lembramos o futuro parque da cidade, o edifício do IPCA, a ponte pedonal sobre o rio Cávado, a segunda fase da requalificação da Escola Henrique Medina, entre muitos outros investimentos de valor relevante. E tudo isto, sem nunca esquecer as pessoas e as suas necessidades mais básicas. O

que nos deixa descansados, pois a dinâmica empregue pelo executivo na resolução dos problemas da população, não saiu beliscada pelo momento conturbado do ponto de vista económico e financeiro que o país atravessa, tendo-se mantido focado nas prioridades que definiu para o mandato em curso.

Nessa perspetiva, sendo o primeiro objetivo deste executivo o desenvolvimento do concelho aliado à sustentabilidade financeira da Câmara, mas sem nunca esquecer o bem-estar das pessoas, tem sido com agrado que vamos vendo todo um conjunto de apoios a serem prestados aos Esposendenses, sejam eles financeiros ou outros, e que, direta ou indiretamente, o executivo tem atribuído à população nas mais diversas áreas. Fazendo-o através de projetos de índole educativo, social, empresarial e associativo, entre muitos outros, como recentemente sucedeu durante a época balnear, que este ano terminou sem ocorrências de destaque negativo, muito à custa da boa gestão e colaboração entre as diferentes entidades envolvidas e as diversas ações de sensibilização levadas a cabo pelo município.

A par desses projetos, e falando ainda do verão, e no que aos incêndios diz respeito, a adoção de políticas preventivas por parte do executivo, permitiram alcançar resultados muito positivos, contrastando, assim, com uma realidade bem diferente vivida em muitos outros concelhos do país.

Mas para que tudo isto fosse possível, e como durante muito tempo fomos defendendo e hoje aqui reforçamos, foi necessário um bom planeamento estratégico para pôr em prática as políticas adequadas para que o território se desenvolvesse de forma organizada e sustentável. Foi e tem sido com essa visão estratégica que o executivo nos tem habituado e tem sabido, nos momentos certos, estar ao lado da população na resposta aos seus anseios, enquanto, de forma responsável vão executando o programa que o elegeu, satisfazendo assim, a vontade e as necessidades dos esposendenses.

*Sr. Presidente da Mesa,
Sr. Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados.*

A propósito das dificuldades originadas pelo aumento do custo de vida a que nos referimos anteriormente, na sessão da Assembleia realizada no passado mês de junho, alertávamos para a ligeireza com a qual o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto se passeava pela Europa, olhava e desvalorizava o forte crescimento da inflação e os problemas que essa tendência inflacionista iria trazer a curto prazo para a vida de muitos portugueses, entre os quais, a população de Esposende não foi exceção. Enquanto o custo de vida foi aumentando, o Estado foi engordando as suas finanças, ignorando os alertas sucessivos do PSD para a urgência da implementação de um programa eficaz de apoio às famílias para, assim, combater as crescentes dificuldades originadas pelo brutal aumento do custo de vida.

Quando “encostado às cordas” pelas propostas do PSD no verão passado, o Sr. Primeiro-Ministro, com a arrogância política que lhe é conhecida e a sua habilidade comunicacional na arte de enganar os portugueses, ao não mexer na carga fiscal de alguns bens de primeira necessidade, brindou-nos com um conjunto de medidas populistas, de curtíssimo prazo, que na verdade apenas terão validade no mês de outubro, e que, na realidade, pouco impacto irão ter na vida das pessoas. Pelo contrário, esse apoio, ao vir de uma só vez, não resultará em poupanças significativas para as famílias, mas sim num aumento das receitas do estado, nomeadamente através de impostos resultantes do seu gasto em bens de consumo, o que fará

com que uma percentagem do valor atribuído reverta quase automaticamente para o Estado. Ou seja, este governo dá com uma mão, mas retira com a outra. Nada a que não estejamos habituados!

A par disso, e antes de falar do embuste com o brutal corte nas pensões, importa referir que as medidas anunciadas, não só são curtas, pouco diversificadas e não abrangentes à totalidade do setor económico, como também irão acentuar as assimetrias entre os que mais ganham e os que menos recursos têm, confirmando, assim, o que há muito vamos dizendo: Este é um governo de embuste, que levará o país para uma crise que se adivinha ser muito severa.

Mas voltando às pensões e aos pensionistas, para lembrar os mais esquecidos, e para quem, em 2015, acusou o governo do PSD liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho, de ter feito um ataque sem precedentes ao rendimento dos pensionistas, o corte nas pensões agora levado a cabo pelo Governo do Dr. António Costa, num montante superior a 1M de Euros, não deixa margem para dúvidas de que estamos, agora sim, perante o maior ataque, feito aos rendimentos dos pensionistas de que há memória. E para quem disse que não iria mexer na lei das pensões, a reboque do pacote de ajudas anunciado, e contrariando o que antes tinha dito, o Primeiro-Ministro acabou por confirmar aquilo que todos já sabíamos: Afinal, o Dr. António Costa já não vai cumprir com a lei e assim não irá assumir o aumento das pensões indexado à inflação nos próximos anos.

Não será por certo, dizendo hoje uma coisa e amanhã o seu contrário, a melhor forma de tratar e respeitar os Portugueses. É preciso ser verdadeiro, e num momento como o que atualmente vivemos, mais do que nunca é necessário ser-se intelectualmente honesto. Coisa que este governo não tem sido a começar pelo Sr. Primeiro-Ministro, o Dr. António Costa.

*Sr. presidente da mesa,
Sr. presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores deputados municipais.*

A falta de implementação de medidas equilibradas e com verdadeiro impacto na vida das pessoas é notória por parte do governo. Não sendo o concelho de Esposende uma exceção nesta matéria, e estando no início de mais um ano letivo, uma época que por tradição apoienta as famílias face ao impacto financeiro que o regresso às aulas lhes traz, optamos por, nesta sessão, destacar os apoios dados às famílias. Apoios atribuídos pela Câmara Municipal, que, uma vez mais e à semelhança do que sucedeu com o combate à pandemia, se vai substituído, em muitos casos, ao papel do Estado, redistribuindo parte das suas receitas no apoio à população nas áreas e nos momentos em que estes apoios são mais necessários. Ao fazê-lo, cumpre, assim, com o propósito da justificação dada na aplicação das medidas assumidas em matérias de receitas fiscais em sede de orçamento.

Sobre o ano letivo 2022/2023, o primeiro sob a responsabilidade total do município em consequência das transferências de competências, dizer que o seu início decorreu com total normalidade, pelo que nos congratulamos pela excelente resposta dada pelo município a mais um desafio que pôs à prova a suas capacidades de gestão. A este propósito, pela leitura da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, destacamos os mais de 800 mil euros alocados ao apoio ao transporte de alunos, e os cerca de 900mil euros em projetos socioeducativos, dos quais destacamos o reforço no fornecimento de refeições escolares e o transporte de crianças com deficiência. Lembramos a manutenção do apoio aos estudantes universitários através da entrega de bolsas de estudo no valor de mais de 21 mil euros, entre

muitos outros apoios de cariz não financeiro, mas também de grande importância para as famílias. Exemplo disso, é o fornecimento às escolas de material didático-pedagógico, e o acesso às novas tecnologias por parte dos que têm menos recursos e apresentam necessidades especiais, permitindo assim, a todos os alunos o acesso a uma educação inclusiva de qualidade, contribuindo, desta forma, para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, cujas metas são transversais a todo o plano de ação municipal.

E se o apoio direto é importante para ajudar os mais vulneráveis, a aposta na oferta de melhores condições de ensino tem sido uma constante preocupação deste executivo. Se por um lado a realidade do ensino superior ganha cada vez mais força no concelho com a instalação do IPCA e a garantia deixada pelo Reitor da UM, aquando do acolhimento dos novos alunos, de que estará para breve a abertura de um polo universitário da UM em Esposende, por outro lado, a concretização da 1ª fase da requalificação da escola Henrique Medina e a confirmação dos avanços alcançados para concretizar a 2ª fase dessa requalificação, representam um investimento avultado na educação, e uma preocupação acrescida, no sentido de dotar o concelho das melhores condições possíveis para os nossos jovens estudantes. Uma aposta na educação e no futuro dos nossos jovens, com a qual o PSD se revê incondicionalmente.

Sr. Presidente,

Para terminar, e porque nem sempre a informação que chega às pessoas é a mais correta, fruto das tendenciosas interpretações levadas a cabo pela oposição sobre a atividade da Câmara, deixamos algumas questões que gostaríamos de ver respondidas por parte do Sr. Presidente da Câmara.

- A primeira questão tem a ver com a Barra.*

Sr. presidente, da reunião que teve com os Senhores Secretários de Estado do Mar e da Conservação da Natureza e Florestas, e com os responsáveis das demais entidades envolvidas no problema da Barra, a saber da APA e da DGRM, está em condições de nos dizer se a proposta de resolução da navegabilidade da barra poderá passar pela proposta apresentada pelo município com o Estudo de Caracterização de Riscos e Programa de Intervenção para a Proteção da Restinga e da Barra, levado a cabo em conjunto com a FEUP e a Universidade do Minho? E se sim, em que ponto se encontra o processo?

- A segunda questão é sobre a revisão do PDM em curso.*

Estando a decorrer uma revisão do PDM, e sendo este um assunto de interesse relevante para as pessoas, sempre que do mesmo se fala, são muitas as preocupações e as expectativas criadas em torno desta questão. De modo a esclarecer de forma clara o que está verdadeiramente em causa, pode explicar de que tipo de alteração estamos a falar, e sobretudo, quais os prazos previstos para a sua conclusão?

- Para terminar, a terceira e última questão é sobre o ponto de situação no qual se encontram os processos de desagregação das freguesias.*

Se as propostas já estão todas em condições de serem submetidas a esta Assembleia?

Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Manuel Marcelino, do CHEGA, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Boa noite Exmo. Sr. Presidente da A.M.
Boa noite Sr. Presidente da Câmara
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Demais Autarcas
Exmo. público;*

*Foram tantos os momentos repetidos que me pareceu que o tempo tinha parado.
Suportados esses momentos e abrandada a emoção, já consigo dar melhor voz à razão, e;
- Começo por dar razão ao Sr. Vereador do PS, Luís Peixoto, quando me apontou como
inexperiente na política.*

Sim tem toda razão.

Contudo, não sou traidor nem apunhalo ninguém pelas costas, como disse que eu o fiz.

*Sr. Vereador, não sou do PS nem nunca fiz qualquer acordo ou parceria consigo para que
diga que eu o traí e apunhalei pelas costas.*

Até porque esses termos não fazem parte da minha linguagem corrente.

Vidas particulares, desejo-as em paz e saúde para todos.

*- Quanto ao Sr. Presidente Benjamim Pereira, quando disse que o que eu disse, que era tudo
mau, também lhe dou razão. Aliás, devo dizer que devia ir mais além, não é mau é tudo muito
mau.*

Por exemplo:

- a) Estádio Padre Sá Pereira: está escrito algures que não lhe pode ser dado outro fim que não
seja o uso para a prática de futebol e outros desportos.*
- b) Novo complexo desportivo em Marinhãs: é em área que ninguém quer para construir pelas
características do solo a não ser que o tal canal tenha sido feito para colmatar esse
problema.*
- c) Sr. Presidente, a Câmara de Esposende atribuiu o prémio "Viana de Lima" a estudante de
Valongo. E cito a estudante: "Valongo é para mim uma grande fonte de inspiração".*

*Sr. Presidente, para mim, Vª Exª é uma fonte de inspiração: o Sr. Presidente vê coisas que
ninguém consegue ver...*

Em Esposende também se vê o que viu em Valongo.

No entanto, vê ensino Superior em Esposende....e eu continuo a perguntar onde está?

E ainda;

Sr. Presidente, é verdade que o "Aldi" ainda não tem licença de utilização? Também já a viu?

Eu também quero ver...

Deixo aqui o pedido para que me faculte uma cópia do alvará.

*Aliás, porque será que a consulta do arquivo de processos de obras passou a só poder ser feita
pelos proprietários ou mandatados, se estamos a falar de atos públicos?*

*Oíçam bem esta resposta da Divisão de Gestão Urbanística a uma proposta para
licenciamento de construção de moradia unifamiliar.*

- Resumidamente:

APA (Agência Portuguesa do Ambiente): Aprovado

DGU (Divisão de Gestão Urbanística): Pisos permitidos 5 andares

Proposto 1

Ponto 4: Moradia unifamiliar..... abrangido pelo PDM,

Ponto 8: Totalmente inserida em solo urbanizável,
Ponto 12: Configuração da parcela não permite uma ocupação coerente e desafogada - em 1.300m2 ????? Com 1 piso? E com 5 pisos, permite ?
Ponto 15: Faixas de reserva com largura de 50 metros para cada lado do seu eixo???????
Ponto 18: Neste momento aplicam -se os condicionalismos estabelecidos na lei geral,
Ponto 19:não é possível verificar os condicionalismos estabelecidos na lei geral,
Ponto 21 e restantes,.....ver requerimento nº 953/2022-Ofício 2796/2022.
No dia 11 de agosto, o proponente reuniu com a arquiteta responsável para clarificar a situação da eventual aprovação.
A resposta foi: "não pode construir porque o terreno não reúne as condições que a Câmara Municipal define."
Para finalizar, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que explique o seguinte:
Proc. 5129/22.1 T8BRG
Com entrada em 01/08/ 2022
Juízo Central Cível de Braga-Juízo 4
Ação Declarativa acionada por:
Nauti-Rio Lda
Valor: 556.919,29€
Visado: Câmara Municipal de Esposende
"Assim funciona a Equipa"/Executivo Municipal."-----

Senhor Presidente da Assembleia vou apresentar agora uma Moção, nestes termos:

1 - MOÇÃO DE RECONHECIMENTO E SOLIDARIEDADE.-----

"Porque temos vivido tempos nunca vividos neste mundo de dificuldades.
Temos muitos de nós invocado a solidariedade no sentido de diminuir ou evitar o sofrimento de tantos.
Sabemos que num mundo de guerras e conflitos se sente com muito mais frequência essas necessidades, e até as sentimos na pele.
No entanto, tantas vezes as coisas acontecem ao pé da porta e não nos damos conta, ou tantas vezes passamos ao lado para não nos incomodar.
Sim é verdade, que muita gente ignora os problemas dos outros.
Sim, também é verdade que há sempre alguém que é diferente da maioria e por amor ao próximo, pelo dom da partilha, aparece e dá a sua mão para ajudar.
Pois bem, é por essas capacidades que cada vez mais falta fazer e que cada vez mais devem ser levadas como sérios exemplos.
Exemplos de trabalho no mar e rio. Trabalhos em prol da família e do próximo.
Trago aqui à consideração e votação desta assembleia um nome que me parece justo que fique para memória futura pela solidariedade que sempre foram praticando discretamente e que hoje continuam a praticar, sem proveito nem glória.
Praticamente toda a gente de Esposende sabe de quem falo. Muita, mas mesmo muita gente de fora da terra também sabe quem são.
Quem precisa de uma ajuda para a sua mesa, no seu repouso, até de um médico, é voz corrente: "pergunta às Saganitas".
Assim, proponho que seja nomeada uma rua na cidade de Esposende, com o nome: "Rua as

Saganitas".

É de grande elevação reconhecer o mérito ao próximo e daqueles que são da nossa terra."-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Francisco Melo, do CDS-PP, tendo apresentado a Recomendação que se transcreve:

1 - RECOMENDAÇÃO "PELO ALARGAMENTO DO CICLO DE CONFERÊNCIAS, NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DOS 450 ANOS DE ELEVAÇÃO A VILA E CRIAÇÃO DO CONCELHO DE ESPOSENDE".-----

"O ano jubilar que o concelho de Esposende está a celebrar, iniciado no passado dia 19 de agosto e que se prolonga até 19 de agosto de 2023, é uma ocasião especial para revisitar a fundação do concelho e a história que, desde então, foi sendo forjada.

Do mesmo modo, um acontecimento de grande relevância social, como é atingir a marca dos 450 anos, pode e deve constituir, como sabiamente referiu D. José Cordeiro, na homilia que proferiu em 19 de agosto, uma oportunidade para projetar o futuro do concelho de Esposende. O anúncio de um ciclo de oito conferências, ao longo da etapa comemorativa, que apenas se propõe abordar diversos aspetos da História de Esposende, confere um cariz demasiado passadista a umas comemorações que devem estar igualmente viradas para o futuro.

É bom conhecermos melhor e mais aprofundadamente a nossa História local.

Mas também é importante refletirmos sobre os desafios que esperam o concelho de Esposende nos próximos vinte e cinco anos, altura em que entraremos, novamente, em ano jubilar.

Celebremos, pois, a história de Esposende, com as pessoas do presente, mas não desprezando o futuro que nos aguarda, de modo particular, as nossas gerações mais novas.

Assim, em face do que antecede, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 29 de setembro de 2022, delibera recomendar ao Executivo:

Ponto Único: Que alargue o ciclo de conferências, inseridas no âmbito das comemorações dos 450 anos de elevação a Vila e criação do concelho de Esposende, de modo a que sejam também realizadas conferências que abordem aspetos do futuro do concelho de Esposende nas mais diversas áreas (e.g. economia, educação, desporto, urbanismo).-----

De seguida, fez a sua intervenção política, nos seguintes termos:

"Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores

Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Esposendenses aqui presentes,

Iniciamos esta nossa intervenção felicitando o Executivo pelas iniciativas já realizadas no âmbito das comemorações dos 450 anos de elevação a Vila e criação do concelho de Esposende, com natural destaque para os eventos dos dias 19 de agosto e seguintes. Foram momentos de inequívoco orgulho de ser esposendense, redobrando o sentimento pela nossa terra!

Num pequeno aparte, a mudança do local dos concertos revelou-se muito certa, pelo que

será de manter.

Entretanto, já está em curso o primeiro dos próximos 25 anos, lapso temporal que dista até nova comemoração jubilar. E este primeiro ano começa no contexto menos desejado possível: desde uma pandemia que tarda em ser debelada, até uma guerra na Europa que nos atinge a todos, passando por uma inflação que traz perda real de rendimentos às famílias.

Apesar de todas as expectativas residirem no Governo, quanto à execução de medidas que façam frente a esta crise, apetece lembrar John F. Kennedy e uma sua máxima que ficaria imortalizada nos compêndios da história: "Não perguntem o que é que o vosso país pode fazer por vocês, perguntem o que é que vocês podem fazer pelo vosso país".

Com a devida transposição, surge, pois, a pergunta: o que é que Esposende pode fazer pelas famílias esposendenses, sem ter de esperar pelo Governo, para ajudar a mitigar o impacto desta crise?

Algumas sugestões:

- Promover campanhas de sensibilização para um uso mais eficiente e consciente da água e da energia.

E como o exemplo deve vir de cima, é imperioso que neste Natal o Município seja comedido com as iluminações natalícias.

- Propor uma redução da participação variável no IRS das famílias esposendenses para o ano de 2023, compensada com a aplicação da taxa normal de IMI a habitações secundárias, pois a taxa mínima de IMI deve ser exclusiva dos prédios destinados a habitação própria e permanente do proprietário e que correspondam ao seu domicílio.

- Por fim, reforçar os apoios sociais junto de famílias carenciadas.

Senhor Presidente da Câmara,

Entramos no último trimestre de 2022, com a notícia de que o trânsito em Lisboa e no Porto supera o nível de 2019. O que é que os esposendenses poderão contar em matéria de transportes públicos para outros concelhos, casos de Porto e Braga, assim como dentro do nosso concelho?

Ainda no domínio das expectativas, questionamos o que é que os nossos comerciantes da área da restauração e cafetaria poderão contar no futuro em relação às esplanadas, nomeadamente, nos casos em que foi permitida a ocupação de espaço público, como medida de resposta aos condicionamentos provocados pela pandemia.

E para fechar este ponto, perguntamos o ponto de situação do processo de introdução de postos de carregamento de carros elétricos no concelho.

Senhor Presidente da Câmara,

Há quase ano e meio que foi celebrado o protocolo com o município de Viana do Castelo relativo à Limpeza e Valorização do Rio Neiva. As palavras gravadas no documento tardam em ganhar ação. O que é que poderemos esperar nesta matéria?

Relativamente ao canal interceptor, a sensação de obra inacabada, que se prolonga no tempo, não serve os interesses do concelho nem favorece o Município. Quais são os últimos desenvolvimentos quanto à conclusão da obra?

Senhor Presidente da Assembleia,

No próximo dia 9 de outubro, assinalaremos o primeiro ano do mandato que nos foi confiado. A avaliação, costuma dizer-se, faz-se no fim, mas permita-me V. Exa. que, em jeito de balanço intercalar, assinale, publicamente, o gosto que tem sido trabalhar com esta Mesa, desde a cooperação irrepreensível, passando pela abertura e bom acolhimento das sugestões lançadas.

*Cumprimento também as lideranças dos grupos políticos, com quem tem sido possível ir para além da competição política, estabelecendo uma cooperação política, a bem dos únicos vencedores que nos devem interessar: Esposende e os seus munícipes!
Muito obrigado!"-----*

Pelas 21 horas e 10 minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, propôs, colocando à deliberação da Assembleia, a prorrogação do período de Antes da Ordem do Dia por igual período, ou seja, mais trinta minutos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Intervio de seguida o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Valdemar Faria, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Colegas Presidentes de Junta
Público presente,*

Depois do período pandémico que impediu todo tipo de manifestações lúdicas ou de lazer, de 9 a 16 de agosto a Alameda do Bom Jesus de Fão, voltou a receber a Festa da Cerveja e Marisco, que já vai na sua XXIV edição, bem, como a XXIII edição da Feira de Artesanato. Trata-se, claramente, de um dos maiores eventos do norte litoral, projetando não só a Vila de Fão, mas também todo o Concelho de Esposende.

Foi com enorme satisfação que todo o executivo da junta de freguesia e um grande número de voluntários se dedicaram à organização do evento, que culminou num grande sucesso, seja em número de visitantes seja em termos de resultados financeiros, que foi altamente positivo.

Há cerca de um ano, assumimos a junta de freguesia da união de freguesias de Apúlia e Fão. Assumimo-la num contexto difícil, de grandes incertezas, uma das quais se prendia com a realização de dois grandes eventos que, nos últimos anos, vinham apresentando resultados negativos, falo concretamente da Festa da Cerveja e Marisco e da Feira de Artesanato em Fão e das jornadas gastronómicas em Apúlia, motivo pelo qual nos levou a ponderar a realização destes dois eventos, tendo em consideração a situação financeira da junta de freguesia.

Depois de muito ponderar, o executivo da junta, numa atitude de responsabilidade, e tendo em conta o historial dos últimos anos e ainda a incerteza da situação pandémica vivida, decidiu, apenas avançar com a realização da Festa da Cerveja e Marisco e da Feira de Artesanato, em Fão, optando-se pela não realização das jornadas gastronómicas de Apúlia.

Com esta decisão, a junta de freguesia, à qual presido, não quis, nem quer, em momento

algum, terminar com a realização das jornadas gastronómicas de Apúlia, apenas, tendo por base o supra referenciado, entendemos que deveríamos recomendar a realização destas festividades dando passos assertivos, por forma a que pudéssemos aferir da viabilidade financeira das mesmas.

Nestes termos, optamos por realizar a mais antiga e esperar pelos resultados.

Felizmente, fruto de muito trabalho e dedicação de muita gente, a quem desde já agradeço, os resultados foram extremamente satisfatórios, excedendo mesmos as expectativas, o que demonstrou que o evento é viável e autossustentável.

Perante tal cenário, estamos, agora, em condições de assumir que, no próximo ano, não só realizaremos a Festa da Cerveja e Marisco, e a Feira de Artesanato, como retomaremos a realização das jornadas gastronómicas de Apúlia que, estamos em crer, com a mesma dedicação faremos com que os resultados da mesma sejam de grande sucesso e bastante positivos.

Estou certo que a metodologia adotada é por todos compreendida, denotando uma atitude de responsabilidade tendo em consideração a debilidade financeira em que encontramos a junta de freguesia e este caminho permitirá continuar a trabalhar em prol das populações, realizando os eventos e executando os compromissos que assumimos perante as pessoas das nossas terras, sem nunca pôr em causa a sustentabilidade financeira da junta de freguesia, que será sempre a nossa maior obra.

Muito obrigado Sr. Presidente.-----

Por último, interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, tendo apresentado a Recomendação que se transcreve:

1 - RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO PARA AUMENTAR EM 15% O VALOR UNITÁRIO DAS BOLSAS DE ESTUDO ATRIBUÍDAS AOS ALUNOS DE ESPOSENDE QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR E DUPLICAR O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR AOS ALUNOS DE ESPOSENDE QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR.-----

“Considerando o momento económico difícil vivido na Europa, com taxas elevadas de inflação a que Portugal não é imune;

Considerando o aumento do valor das rendas, materiais escolares, do papel e da energia:

Considerando o baixo nível de apoios aos alunos do ensino superior proporcionado pelo Município de Esposende;

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Esposende propõe que seja aprovada uma recomendação à Câmara Municipal para:

A) Aumentar em 15% o valor unitário das bolsas de estudo atribuídas aos alunos de Esposende que frequentam o ensino superior.

B) Duplicar o número de bolsas de estudo a atribuir aos alunos de Esposende que frequentam o ensino superior.-----

E agora vou fazer a minha Intervenção Política:

“E começava por dizer que nós somos grandes apreciadores de arte urbana, eu particularmente sou.



Em Esposende nos últimos tempos, a Câmara tem beneficiado a cidade com vários muros, principalmente muros, alguns de melhor gosto que outros, mas, são todos importantes. Mas há um que é especialmente interessante, que é a empena cega de um prédio de habitação social, numa urbanização chamada em Esposende de "Sucupira", graças a uma novela dos anos 80. Não sei se se recordam, que até era interessante que fosse agora reeditada, porque há um Presidente da Câmara, que gostava de inaugurar, inaugurar, inaugurar e descerrar placas, até às vezes quando não havia mais o que inaugurar, inaugurava o que já tinha sido inaugurado e já funcionava há muito tempo.

Mas esse bairro de "Sucupira", tem um prédio com uma empena cega que foi pintado, com arte urbana, muito bonito, aliás há um bairro social em Famalicão, onde fizeram há uns anos a mesma coisa, tem lá o Camilo, aqui puseram figuras ligadas a Esposende, o problema é que esse prédio, logo a seguir à esquina, na fachada a sul, tem pedaços da empena que caíram, e tem ferro estrutural à vista.

Como é que é possível que uma Câmara vá gastar milhares de euros, a fazer arte urbana e a pintar a fachada de um prédio, e o resto das paredes do mesmo bloco, do mesmo edifício, já para não falar dos outros edifícios todos estão a cair, com ferro à vista.

Isto é inversão total das prioridades.

Isto é viver das aparências.

Isto é uma coisa que é inaceitável.

Como é que se vai gastar assim o dinheiro público?

Pode dizer mas o edifício, o resto do edifício é privado. Se é privado para arranjar o resto do edifício, também é privado para fazer arte urbana.

As pessoas têm que pensar que o dinheiro que a Câmara gasta é dinheiro público, não é dinheiro privado. E portanto, como é que é possível, quem tiver dúvidas do que eu estou a dizer, saia daqui e passe lá, tem as fachadas a cair, o ferro à mostra, e depois um grande mural.

Como diria o meu amigo falecido António da Costa Terra, que dizia que no tempo dele se dizia das raparigas, que havia algumas que por cima era tudo rendas, mas por baixo nem fraldas tinham.

Aqui é igual, aqui é o aparato, é o mostrar, é o exibicionismo, e depois as paredes a cair ao lado, dos prédios sociais.

E aqui o Dr. Francisco Melo já falou da questão do rego, pomposamente chamado de canal, eu não sei se aquilo está acabado, se está inacabado, agora, que aquilo é uma vergonha, é. Aquilo está ao abandono, dá um ar degradante, é perigoso, é feio.

Como é que a Câmara faz uma obra daquelas, gasta milhões, e depois nem sequer limpa o rego?

É uma coisa inaceitável!

O Senhor Presidente da Câmara devia preocupar-se mais com esse tipo de questões, que são questões básicas, isso é básico.

Gostava também de aqui referir, que aquelas propostas que o Dr. Francisco Melo fez, do ponto de vista fiscal, são aquelas que o PS propôs o ano passado e foram recusadas.

Eu já nem me lembrou como é que o Senhor Dr. votou, mas o PSD votou contra.

O CDS agora vem reativar as nossas propostas do ano passado, bem-vindo!

Se consultar a nossa proposta é isso, não só do IRS, como do IMI.

Quanto à questão da intervenção política do Senhor arquiteto Morgado, dizer que o Primeiro-Ministro anda a passear pela Europa, o Primeiro-Ministro não tem mais nada que fazer senão

passar pela Europa, realmente!

Falar da questão de Portugal e da situação de Portugal, a situação de Portugal neste momento é ímpar na Europa em termos de benefício. Portugal é o país que mais cresce em toda a Europa. Que a Europa e o Mundo passam por um período muito difícil, decorrente da Guerra da Rússia e da Ucrânia, da invasão da Rússia, é verdade.

Mas não é Portugal que está pior, e depois vem com a nova narrativa da vinda do diabo.

O Dr. Passos Coelho começou a dizer que vinha o diabo em 2016, estamos em 2022 e ele ainda não chegou. Agora vem o Senhor arquiteto dizer que vem outra vez o diabo, deixe lá o diabo, o mafarrico no sítio onde está que ele não faz falta nenhuma cá. E dizer que vão ser cortadas pensões, onde é que vão ser cortadas pensões?

O Senhor arquiteto pode dizer assim, podem não aumentar tanto as pensões, como estava projetado na lei, que ainda não é líquido. Ainda hoje ouvi o Primeiro-Ministro a falar no Parlamento e não foi isso que ele disse. Portanto, não é líquido que isso venha a ser, ele disse que em 2023 é que vamos ver o que vai acontecer em 2024.

Portanto, não esteja já a antecipar o que não existe. Mas não é cortes, cortes era aquilo que ia fazer o Passos Coelho, que ia cortar seiscentos milhões de euros nas pensões, a título definitivo.

Quanto à questão do discurso do PSD, os apoios do PSD, o PSD dá apoios à população de Esposende, o Dr. Francisco Melo entrou aqui em contradição com o PSD, porque o arquiteto Morgado tinha acabado de dizer que davam apoios, que nem era preciso o que o Governo dava, nem era preciso o Governo, porque a Câmara de Esposende dá tantos apoios sociais que nem é preciso o Governo para nada. Eu não sei é que apoios são esses, não os vi.

Darem vinte e dois mil euros, que são cerca de metade do aluguer de uma tenda numa semana, a Câmara pagou pelo aluguer de uma tenda, muito mais de vinte e dois mil euros, que é aquilo que paga aos estudantes todos do concelho, num ano, do ensino superior.

Isto é a prioridade da política em Esposende, é o aparato, é o mostrar, não é o fazer, não é o projetar, não é o crescimento sustentado como dizem. Crescimento sustentado é formar os jovens, é dar aptidões aos jovens, isso é que é crescimento sustentado no concelho. Não é fazer festas e festarolas e gastar vinte e tal mil euros numa tenda, o mesmo que se dá aos estudantes todos do ensino superior.

Quanto à questão da transferência de competências, correu muito bem, ótimo! Eu fico encantado com isso, só não percebo é porque é que o PSD durante anos recusou as competências.

Todos os anos nós dizíamos aqui que a Câmara devia aceitar as competências, a Câmara não quis, agora vem se vangloriar que aceitou as competências e que corre tudo muito bem, agora que é uma maravilha!

Então se é uma maravilha agora, já podia ser uma maravilha há três ou quatro anos e não foi porque a Câmara não aceitou.

Por uma questão, apenas e exclusivamente política. Porque era uma proposta do Governo do PS.

Depois achei piada ao Senhor arquiteto Morgado vir aqui fazer perguntas manifestamente encomendadas pelo Senhor Presidente para que as fizesse.

Então ontem no Suave Mar não respondeu às perguntas todas, era preciso vir para aqui agora fazer perguntas? Já se sabe que as perguntas que o Senhor arquiteto fez, foi o Senhor Presidente que lhas ditou. Não era preciso, ele até podia na informação escrita dele dizer o que queria, não era preciso estar aqui a fazer esse número de fazer perguntas encomendadas.



Fico muito contente porque o Senhor Presidente da Junta de Fão, embora aquilo seja um assunto manifestamente da freguesia e não um assunto do Município, para tratar na Assembleia Municipal, que tivesse corrido muito bem a Festa do Marisco, e que nos próximos anos corra também, porque se tudo correr bem para Fão, é bom para o concelho. Não sei se essa questão das contas é assim, se não é, sei que depois das eleições o Senhor Presidente se queixou, e que, o anterior Presidente da Junta fez uma sessão pública de esclarecimento quanto às contas. Não sei se ainda se mantém hoje ou não, com dúvidas acerca disso, e portanto, Senhor arquiteto Morgado, esteja mais preocupado com Esposende, e menos com o Governo, e eu só falei hoje em defesa do Dr. António Costa, porque tive medo que ele não conseguisse dormir esta noite, com as críticas que o Senhor lhe fez, mas vou dizer ao António Costa que pode dormir mais descansado, porque em Esposende está tudo calmo.
Obrigado!"-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,*

De forma muito sintética responder às perguntas encomendadas ao arquiteto Morgado, mas naturalmente que, o Grupo Político do PSD, tem toda a legitimidade para questionar o Senhor Presidente da Câmara, no sentido, como foi muito bem dito pelo senhor arquiteto, de que as explicações sejam dadas para que toda a Assembleia fique devidamente informada, a propósito das questões. Portanto, se eu o fizesse só dentro do PSD, não estava a exercer propriamente uma Democracia, e estava apenas a falar para dentro, e nós gostamos de falar para a comunidade em geral, e para que todos entendam estas questões. Portanto, não me parece que venha mal ao mundo, por eu responder às questões da barra, por muito que elas possam ser inconvenientes para algumas forças partidárias aqui presentes. E sim, efetivamente nós tivemos uma reunião no Hotel Suave Mar, com o Senhor Secretário de Estado do Mar, com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, onde eu aproveitei a sua presença, a Senhora Secretária de Estado das Pescas, que também tinha estado connosco, ausentou-se, e não esteve presente, e basicamente o que é que nós fizemos, convidamos o grupo de trabalho que tinha desenvolvido o estudo para a barra, para o vir apresentar, à Tutela, a quem pode decidir sobre o futuro daquele espaço e a intervenção que ali se possa fazer. E, tal qual como já tinha acontecido na apresentação no Auditório Municipal, criou-se

imediatamente uma unanimidade em volta da solução apresentada, porque ela é muito bem fundamentada em termos técnicos e científicos, e portanto, aquilo que resultou, de forma muito sintética, foi como eu disse, uma unanimidade em relação à solução, e a necessidade de, após o período de férias que ia surgir e face à ausência das pessoas, se agendar uma reunião de trabalho, no sentido de perceber o que é que se poderia fazer de imediato, e no sentido também de compaginar e de tentar articular a intervenção que está a ser feita, de dragagem, com essa mesma intervenção futura, no sentido de se perceber o que é que se podia fazer, sem ultrapassar aquilo que são as regras vigentes, em termos de Instrumentos de Gestão Territorial e das autorizações e dos Pareceres das entidades. Estou a dizer, o que se pode fazer, antes de chegar à avaliação de impacto ambiental, nós sabemos que a intervenção no seu todo vai obrigar de certeza a avaliação de impacto ambiental, face ao impacto que se prevê que tenha, e não é possível fugir a essa avaliação, mas há determinado tipo de obras, que podem ser feitas, e temos que perceber quais é que podem ser feitas, sem que haja necessidade de avaliação de impacto ambiental. Também no sentido de, em termos financeiros poder alavancar essa intervenção que não será nada barata.

Portanto, no fundo o que está neste momento em cima da mesa é uma nova reunião, articular o que é que se pode fazer neste momento, que parte é que tem que se levar até ao final do projeto de execução do estudo que está feito, para se poder fazer no imediato, articulando com a intervenção que está a ser feita de dragagem.

Quanto à questão do Plano Diretor Municipal, recordando que a revisão que estamos a fazer, é uma revisão que decorre de uma imposição legal, isto não foi uma vontade do Município de querer fazer uma revisão do PDM, todos os municípios são obrigados a fazê-lo de acordo com a Lei de Bases de Ordenamento do Território, e está a acontecer por todos, e nos oitenta e seis municípios da zona norte, estão entregues todos os processos na Comissão de Coordenação, tínhamos um prazo máximo para o fazer até meados do ano que vem, entretanto como se percebeu que era completamente impossível cumprir esse prazo, foi concedida uma prorrogação até final do próximo ano, 2023. Vamos ver se é suficiente ou não, face ao número de processos em simultâneo a decorrer.

Nós já tivemos a primeira reunião, ela ocorreu no seguimento da entrega da nossa proposta, e pretendemos agora, quando vierem os Pareceres todos, fazermos uma apresentação pública, porque é importante que este processo decorra também de forma totalmente transparente e do conhecimento público, trazer a equipa que preparou essa proposta, já com os Pareceres das entidades, e faremos uma apresentação pública, daremos um prazo para que as pessoas se possam no fundo manifestar e dar os seus contributos, que serão remetidos à Comissão de Coordenação e assim evoluirá o processo até ao final, dentro daquilo que são as regras legais. Com um final previsto, até final de 2023, mas não podemos confirmar isso, da nossa parte tudo faremos para que assim seja, mas não sabemos como é que a Comissão de Coordenação conseguirá dar resposta a tantos processos em simultâneo.

Quanto à Desagregação das Freguesias, o processo está a decorrer muitíssimo bem, ontem mesmo houve uma reunião pelas 16 horas na Câmara Municipal, e foram entregues a todas as Assembleias de Freguesia, os dossiers já preparados pelas personalidades que nos ajudaram a preparar esses dossiers, para uma última correção por parte das Comissões que estão constituídas nas freguesias, será revisto, em princípio o mais tardar no dia 12 serão devolvidos às Assembleias de Freguesia, para que estas agendem as assembleias respetivas, e, possam remeter à Assembleia Municipal, estando previsto, que haverá uma Assembleia Municipal Extraordinária, apenas para este assunto, em princípio até final do mês de outubro,

início de novembro. A ideia era pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que anuísse, no sentido de nós fazermos uma Assembleia só, e exclusivamente para isso, para depois podermos remeter todo o processo para a Assembleia da República, que é isso que se pretende.

Quanto às questões levantadas pelo Senhor Deputado Municipal Marcelino Cunha, do Estádio Padre Sá Pereira não tenho conhecimento dessa prerrogativa, mas se existir, cá estaremos para ver se existe, em termos de escrituras, etc, o que lá estiver e se é reversível ou não. De qualquer maneira, seria muito mau para o município, que uma dada obra, que está completamente, neste momento, mal integrada em termos urbanísticos na cidade, que compromete o seu próprio desenvolvimento, tivesse que ficar "ad aeternum" num determinado local, isso é completamente ridículo. Portanto, teremos que ver, mas vamos analisar e ver o que é que está em causa, e se existe essa condicionante ou não, para aquele espaço. Mas ficarmos condenados a ter um campo de futebol "ad aeternum" no mesmo sítio, quando há outras melhorias que devem ser feitas, e nomeadamente para a prática desportiva, penso que seria completamente absurdo e ridículo, mas pode existir essa prerrogativa e, certamente com boas intenções quando foi feita mas, os tempos mudam e as prioridades também se alteram.

Quanto à questão que levantou do ensino superior, eu penso que é mais do que do conhecimento geral, o que é que está a acontecer em termos do ensino superior.

Por parte do IPCA, houve uma decisão do Tribunal há dias, porque houve uma impugnação por parte de uma empresa, a decisão foi de, fez sexta-feira oito dias, portanto, está praticamente a transitar em julgado, já foi remetida ao Tribunal de Contas, portanto, em breve teremos o Visto do Tribunal de Contas que é obrigatório, e a obra arrancará, previsivelmente no prazo de um mês, teremos a obra do IPCA finalmente, a arrancar, que é muitíssimo importante.

Quanto à questão da Estação Radionaval de Apúlia e da Universidade do Minho, o próprio Reitor da Universidade do Minho há dias, na receção aos caloiros, ao novos 2.900 alunos da Universidade do Minho, fez e fez primeira página em vários órgãos de comunicação regional, da premência e no fundo, da abertura do Pólo da Universidade do Minho em Esposende. Portanto, quando é dito pelos outros, e por pessoas da credibilidade do Senhor Reitor da Universidade do Minho, penso que não há muito mais a acrescentar.

Quanto à questão dos processos, eu vou ver esse processo, de qualquer maneira, não é possível aqui estar a responder a esse tipo de questões, são questões técnicas, vistas pelos técnicos e não são acompanhadas pelos políticos, pode ter a certeza disso, mas se houver alguma irregularidade ou alguma questão eu queira apreciar. Também não me parece que seja verdade que não possa ser consultado um processo de obras desde que a pessoa tenha legitimidade para o fazer, até hoje não existe esse tipo de situação, aliás, na qualidade de Deputado Municipal, pode com toda a certeza ter acesso a esse processo, se o pretender.

Quanto à questão do Nauti-Rio, isso não é segredo nenhum, está aí na informação escrita, foi o último processo que apareceu, de facto, é uma empresa que investiu no espaço que nós conhecemos ali em Fão, e que, não se deu bem com o investimento que fez, e acha que a Câmara é responsável pelo fracasso do seu investimento, mas isso, nós estamos aqui para responder a essas questões. Não temos nada a ver com a situação, meteu uma ação contra a Câmara e nós certamente vamos defender-nos em relação a essa situação. Mas não é segredo, porque está na informação escrita, que eu próprio proporcionei à Assembleia Municipal.

Das questões levantadas pelo Senhor Deputado Francisco Melo, a questão da mobilidade e quanto aos transportes públicos, o transporte público "é um problema gravíssimo neste momento no país todo, como nós sabemos, passamos por um período muitíssimo complicado

face à pandemia, as empresas não conseguiam subsistir sem o apoio do Estado, o Estado criou mecanismos como o PARTT e o PROTRANSP, precisamente para apoiar o transporte público, apoiar as pessoas, mas em simultâneo estava verdadeiramente era a apoiar as empresas, para que elas não falissem, esta é que é a realidade, porque nenhuma empresa consegue aguentar todos os custos sem trabalhar e sem produzir, portanto, as empresas de transportes precisam de ter passageiros para funcionar, entretanto nesse tempo saiu uma nova lei, foram constituídas as Autoridades de Transportes, foi lançado um concurso, atenção que o Município de Esposende não se constituiu como Autoridade de Transportes, a Autoridade de Transportes no Município de Esposende é a CIM Cávado, juntamente com Terras de Bouro, Amares e Vila Verde, só se constituíram como Autoridade de Transportes Barcelos e Braga, e portanto, não fomos nós que trabalhamos este mecanismo dos novos concursos, mas foi lançado e já está adjudicado e vai entrar em vigor a partir de janeiro próximo.

Novidades, basicamente aquilo que nós pedimos e tentamos fazer foi, reforçar a oferta de transporte público no concelho, nomeadamente, as ligações entre Viana e Porto, passando por Esposende, obviamente, apanhando aqui nós o transporte, isso tem que ser lançado, reparem a complexidade de tudo isto que é preciso a Autoridade de Transportes de Viana do Castelo, a daqui do Cávado que é a que inclui Esposende, e já a Área Metropolitana do Porto, para lançar um concurso é preciso ter três entidades envolvidas no mesmo concurso, só para uma carreira. Isso foi feito, e vamos ter um aumento da oferta nesse tipo de transporte, a mesma coisa para Braga. Tentamos reforçar o transporte público para Braga, está no concurso também, inclusive uma espécie de um expresso, um autocarro que circulará pela A11, para fazer a ligação direta entre Braga e Esposende. Tentamos fazer essa ligação o mais rápido possível, isso é muitíssimo importante para todos nós.

Entretanto, nós temos um conjunto de apoios, aproveitando precisamente os apoios do Estado, o dinheiro não é nosso, e o seu a seu dono, mas, apoiamos quem tem passe social em cerca de 40% a redução desse mesmo passe social, na utilização do transporte público. Portanto, em termos de síntese é isto que podemos contar, não deixando de dizer que nós mantemos sempre de pé, a necessidade e o reforço da ligação ao Metro do Porto, claro que, nós não podemos sonhar com o Metro do Porto aqui, nos próximos tempos, não é economicamente viável, não será possível. O nosso pedido está sempre em cima da mesa, nunca será a ligação do Metro do Porto a Esposende, será sempre a ligação daquela via a Viana do Castelo, é o que faz sentido, e ao Alto Minho, passando por Esposende, temos que pensar sempre assim. Neste momento temos que pugnar é por uma ligação cíclica e permanente, com vários horários diários, ao terminal do Metro do Porto, na Póvoa de Varzim. Isso é que faz todo o sentido, primeiro pela ligação rodoviária e posteriormente aspirar a que possa haver esse prolongamento. De qualquer maneira, há uma revolução nos transportes neste momento no país, como toda a gente sabe, em termos de alta velocidade, de uma aposta na ferrovia, e portanto, vamos ver também o que é que vai acontecer nos próximos tempos, em relação a essas necessidades de mobilidade.

Quanto à questão do ponto de situação do processo de introdução de postos de carregamento de carros elétricos, isto tem sido um drama para nós, nós temos apenas um local da MOBI.E e temos um concurso para cerca de vinte e cinco postos de carregamento, que tem sido complicado que a EDP nos disponibilize as potências necessárias nos locais que nós escolhemos. Eu recorro que a nossa intenção é lançar um concurso que coloque pelo menos um carregador elétrico em cada uma das freguesias do concelho. Eu estou a falar das quinze, não estou a falar de nove. Portanto, queremos reforçar obviamente na zona urbana, Apúlia,

Fão, Esposende e, eventualmente Cepães, mas depois queremos ter uma cobertura global do nosso concelho em termos de carregadores. Tem havido essa dificuldade por parte da EDP, mas está neste momento, daquilo que eu sei, sanada essa situação. Portanto, dentro em breve conto lançar esse concurso e já vai tarde, mas são as contingências e as burocracias associadas a estes processos.

Quanto à questão sobre o que é que os nossos comerciantes da área da restauração e cafetaria poderão contar no futuro em relação às esplanadas, bom, as esplanadas são uma forma de prestar um serviço a quem nos visita e a todos nós, face aquilo que é o aspeto urbano da nossa cidade, o clima, etc, que deve ser explorada, mas explorada com qualidade.

Nós fizemos algumas concessões, não estou a falar no sentido próprio da palavra, é no sentido de que facilitamos um pouco a vida dos proprietários dos estabelecimentos, por via da pandemia, porque houve restrições ao nível da utilização dos espaços interiores comerciais, e portanto, a dada altura só podia ter três ou quatro mesas alguns estabelecimentos, isso não era rentável, e permitimos que alguns, no fundo, ocupassem o espaço público, eventualmente até um pouco mais daquilo que deveriam.

Não há regras, não ultrapassaram regras, a gestão do espaço público é da autoridade da Câmara, mas fomos benevolentes nesse aspeto. Como é evidente, era uma situação conjuntural, temos que regressar a alguma normalidade nesse aspeto, e algumas situações terão que ser removidas, não há dúvidas absolutamente nenhuma e outras terão que ser reajustadas aquilo que é os estudos que temos feitos para esses mesmos locais. Portanto, a nossa intenção é, melhorar a qualidade das esplanadas existentes, reajustá-las à ocupação ótima do espaço público, e eventualmente regressar à cobrança, que nós deixamos de cobrar às esplanadas desde há uns anos a esta parte, e isso também não é correto porque leva a abusos, porque se não pagam nada, em vez de ocuparem 20, passam a ocupar 40, 60, ou 100 metros quadrados que vai dar ao mesmo, tem que haver nalguma moralização desse processo, mas é uma situação que está prevista, em termos de tabela de taxas que irá a discussão dentro de algum tempo, e que iremos fazer com toda a certeza, sempre em colaboração com os comerciantes como é evidente.

Em relação ao ambiente, estado de limpeza e valorização do rio Neiva, este processo é um processo que é gerido pela APA, eu tenho insistido constantemente com a APA, para que eles lancem o concurso, porque é da responsabilidade deles, sendo certo que, o Município de Esposende e o Município de Viana, compartilham os custos dessa obra. Mas não é da responsabilidade da Câmara, que fique bem claro.

Quanto à conclusão da obra do Canal, a obra do Canal será reiniciada dentro de poucos dias, portanto, houve reuniões, aliás, houve movimentações no terreno esta semana, e portanto, dentro de uma, ou duas semanas no máximo estará, para ser terminada até final do ano. Relativamente à vegetação naturalmente que serão feitas todas as podas e será tratado o Canal como deve ser. Não se pode desenraizar tudo, porque aconteceu aquilo que era expetável que acontecesse e que o projetista tinha previsto, que era o enraizamento para fixar os taludes do Canal, relembremos que aquilo não é em betão, é tudo em terra, e portanto, tem que haver o enraizamento das árvores e da vegetação mais rasteira que lá está, para consolidar as margens do Canal. É preciso é cortar de longe a longe, não esquecendo que a empresa tem a obrigação, depois da fase final, tem obrigação de manutenção da vegetação durante dois anos. Nunca esquecendo isso, que isso está no contrato e é para ser cumprido.

Quanto ao comentário em relação ao Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, é só para dizer que registo a responsabilidade na gestão, isso é sempre

importante, é assim que nós tentamos fazer também um pouco no Município, e portanto, congratulo-me com isso, e com essa coragem, para às vezes não fazer determinadas coisas, e verificar como é que as coisas funcionam, para depois poder fazê-las sem que haja problemas financeiros.

Quanto às questões levantadas pelo Deputado Tito Evangelista, uma ou duas questões, de resto não foram dirigidas a mim, mas ao Grupo do PSD, o que falou da questão da arte urbana, vamos ver as coisas como elas são, importa dizer que aquela obra foi em parte financiada. Portanto, o que foi feito ali no bairro e o que foi feito nas Marinhas, foi em parte financiado, e encontramos um local, não para uma penalização das pessoas do bairro de "Sucupira", era só o que faltava, mas porque era uma vontade da gente que ali vive, de ter ali a presença, e quem ali está representado é S. Pedro, sabem bem o que é que isso significa para os pescadores, optamos por isso. O facto de o resto do bairro não estar reabilitado, eu recordei que nós já reabilitamos as coberturas, foi constituída uma Comissão de moradores, porque nós não tínhamos legitimidade para intervir, e o Município avançou com as verbas e substituímos a cobertura. E neste momento, há uma Estratégia Local de Habitação aprovada, e essa Estratégia Local de Habitação que já foi assinado o acordo com Estado, e neste momento temos disponíveis cerca de dezoito milhões de euros, oito milhões a fundo perdido e dez milhões através de empréstimos bancários, para intervirmos, para melhorar as condições de habitação da população de Esposende. Uma das ações é a reabilitação dos bairros de Fão, Apúlia e Esposende. E portanto, neste momento o que está a ser feito é o desenvolvimento dos projetos que não estavam feitos, atenção que isto implica melhorar também as acessibilidades, nós ali já temos um projeto feito, mas faltava-nos a questão dos elevadores, etc, que vai ter que ter, há pessoas com mobilidade condicionada ali, pessoas idosas que precisam de aceder às suas habitações, e portanto, o que está previsto é a reabilitação de todo o bairro. Essas situações a existir, em primeiro lugar, serão da responsabilidade dos moradores, juntamente com a Câmara que tem lá 2, ou 3 frações apenas, deveríamos nos juntar, e a Câmara estará sempre disponível para cooperar e compartilhar as despesas. Mas, está previsto para breve uma intervenção que vai resolver esses problemas todos. Portanto, são questões de pormenor, o edifício não está em risco, também precisa de uma pintura, precisa de melhorar a caixilharia, a sua eficiência energética, mas isso, está previsto vir em breve, através dessa mesma Estratégia Local de Habitação.

De resto, só uma nota antes de terminar, em relação às competências, é verdade que as competências vieram ao nosso encontro e nós reagimos muito à receção dessas competências, mas é preciso lembrar, que como nós fizemos, fizeram todos os municípios do país. Aliás, o Porto saiu da ANMP por via disso, a própria Associação Nacional de Municípios, que é presidida por uma autarca Socialista, que é Presidente da Câmara de Matosinhos, onde todos acompanharam nos órgãos de comunicação social, a guerra que não foi, para melhorarem as condições e o pacote financeiro para a Câmara. A Câmara não aceitou, porque estava simplesmente a defender os interesses do Município de Esposende, porque se aceitasse seria completamente ruinoso para o nosso município, assumir essas mesmas competências.

À conta disso, houve cedências por parte do Governo, e mesmo assim, não são suficientes, mas, aí, tivemos que aceitar porque a lei assim o impôs.

Muito obrigado!"-----

Terminado este período e antes de se proceder à votação da Moção e das Recomendações apresentadas, pelas 21 horas e 45 minutos, pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto



suspender os trabalhos por cinco minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem as propostas apresentadas. Aproveitou ainda para informar o Público presente, que se encontravam abertas as inscrições para intervenção no Período de Intervenção do Público.-----

Pelas 21 horas e 50 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação da Moção e das Recomendações apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - MOÇÃO DE RECONHECIMENTO E SOLIDARIEDADE.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 8 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO DO CHEGA.----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PPD-PSD.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra a proposta apresentada pelo CHEGA, porquanto entendemos que o nome proposto deverá ser objeto de maior reflexão, na medida em que, para atribuição de toponímia, o nome proposto deverá reunir determinados requisitos, que neste momento desconhecemos se os possui, pelo que, votamos contra a proposta.”-----

2 - RECOMENDAÇÃO “PELO ALARGAMENTO DO CICLO DE CONFERÊNCIAS, NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DOS 450 ANOS DE ELEVAÇÃO A VILA E CRIAÇÃO DO CONCELHO DE ESPOSENDE”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, ASSIM, DAR CONHECIMENTO DESTA DELIBERAÇÃO AO EXECUTIVO, PARA QUE ALARGUE O CICLO DE CONFERÊNCIAS, NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DOS 450 ANOS DE ELEVAÇÃO A VILA E CRIAÇÃO DO CONCELHO DE ESPOSENDE, DE MODO A QUE SEJAM TAMBÉM REALIZADAS CONFERÊNCIAS QUE ABORDEM ASPETOS DO FUTURO DO CONCELHO DE ESPOSENDE NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS (E.G. ECONOMIA, EDUCAÇÃO, DESPORTO, URBANISMO).-----

Apresentaram declarações de voto os Grupos Políticos do PS e do PPD-PSD.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos a favor pelo manifesto interesse da proposta, que aliás, ainda podia ser completada com outras iniciativas. No entanto, entendemos que toda esta proposta, assim como as Comemorações dos 450 anos de elevação de Esposende a Vila e Concelho, é uma Comemoração atabalhoada, porque não foi preparada em tempo. Devia ter terminado no dia 19 de agosto pretérito, o programa devia ter sido feito, no sentido de concluir na data que fazia os 450 anos, e não após, o que significa que há aqui uma espécie de climax ao contrário. Ou seja, quando há uma comemoração deste género, há toda uma preparação que termina no

dia em que faz os 450 anos neste caso, ou que se comemora a efeméride. Aqui em Esposende é ao contrário, como não se fez as coisas a tempo, porque se foi incompetente, começou-se a comemorar, quando já se devia estar a terminar. E portanto, as iniciativas são importantes, aliás, são mais importantes, relativamente à comemoração do passado que é importante também, e é importante nós sabermos o nosso passado, mas é muito importante discutir o futuro. Aliás, esta prática da Câmara de discutir e lançar Fóruns de discussão com a sociedade civil, devia ser uma prática constante para melhorar no concelho, porque todas as opiniões do concelho, de todos os cidadãos, de todas as forças políticas, são importantes para se alcançar um maior desenvolvimento. E esta Câmara é uma Câmara fechada em si, que se acha autossuficiente, só eles é que sabem, só eles é que pensam, só eles é que têm direito a decidir em nome de todos, e portanto, para eles o futuro é o deles, não é o de todos. Portanto, votamos a favor, como não podíamos deixar de votar numa proposta destas.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
“Votamos favoravelmente a proposta apresentada pelo CDS, na medida em que todas as medidas que entendamos poderem enriquecer o Ciclo de Conferências dos 450 anos de existência de Esposende, é para nós entendido como positivo. Tanto mais que o Município também está atento e vai aditando, sempre que possível este tipo de conferências. Só uma nota relativamente à questão das Comemorações, nas reuniões e na programação que foi feita, todos os partidos compareceram na apresentação da proposta prévia, antes de esta ser posta em prática, e o único partido que não compareceu, foi o Partido Socialista. Por isso, relativamente às Comemorações, não só voltamos a referir que foram brilhantemente apresentadas e correram todas muito bem, e que, estes Ciclos de Conferências de facto foram efetivamente muito bem preparados, e tudo o que possa enriquecer as Comemorações, é sempre bem-vindo.”-----

3 - RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO PARA AUMENTAR EM 15% O VALOR UNITÁRIO DAS BOLSAS DE ESTUDO ATRIBUÍDAS AOS ALUNOS DE ESPOSENDE QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR E DUPLICAR O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR AOS ALUNOS DE ESPOSENDE QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 8 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PPD-PSD.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
“Votamos contra a proposta apresentada pelo Partido Socialista, na medida em que, não faz sentido duplicar o número de bolsas, e desde logo não faz sentido duplicar o número de bolsas atribuído, quando este ano o Município disponibilizou 40 bolsas, sendo que só apareceram 32 candidaturas.

Quanto ao aumento do valor unitário, com toda a certeza que o Município estará aberto ou atento a essa questão, e, certamente em anos futuros, poderá eventualmente esse aumento acontecer, pelo que, votamos contra a proposta. -----

Terminado este Período e antes de entrar no Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou nos termos regimentais o público presente, que se podia inscrever junto dos serviços, caso não o tivessem feito previamente, para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão. De seguida passou ao Período da Ordem do Dia.-----

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2022 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de setembro de 2022, foi presente na sessão para aprovação, a Alteração Orçamental Modificativa dos Documentos Previsionais para o Ano de 2022 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, bem como, a consequente Repartição de Encargos e assunção de Compromissos Plurianuais, referentes à Estratégia Local de Habitação de Esposende – IHRU – Programa 1º direito 2022/I/4, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo o Deputado Municipal do CDS-PP feito um reparo sobre a forma como a proposta foi apresentada, tendo referido que três quartos do documento invocavam a lei, reproduziam artigos, e depois, quanto à substância dos temas que estavam na génese da alteração, apenas tinha um elenco dos tópicos, sem uma concretização. Sugeriu que de futuro houvesse um maior desenvolvimento, para que se possa perceber em concreto do que se trata, e qual o impacto daquilo que se está a falar, para que seja possível formar melhor o sentido de voto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2022 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, BEM COMO, APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS

PROPOSTOS, REFERENTES À ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE ESPOSENDE – IHRU – PROGRAMA 1º DIREITO 2022/I/4, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NOS ARTIGOS 6.º, N.º 1, ALÍNEA C) DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra, pelas razões constantes na declaração de voto sobre o mesmo tema, em votação anterior.

Aproveitando para em complemento, dizer que relativamente à nossa proposta anteriormente votada que, o número das candidaturas tem a ver com o Regulamento existente, e se for alterado poderão ter muito mais candidatos.”-----

02.02 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 28.º E 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de setembro de 2022, foi presente na sessão, para aprovação, a 2ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2022, ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E 6 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022, NOS TERMOS DESCRITOS NA PROPOSTA.-----

02.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO PRÉMIO RODRIGUES SAMPAIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 01 de setembro de 2022, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento do Prémio

Rodrigues Sampaio, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo o Deputado Municipal do CDS-PP feito apenas um reparo ao facto de se limitar os potenciais candidatos ao júri, ao qual o Senhor Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DO PRÉMIO RODRIGUES SAMPAIO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Um Prémio com o nome de Rodrigues Sampaio, com as características do proposto, só poderia merecer o voto favorável do PS.

No entanto, por mais prémios que esta maioria aprove, os mesmos não apagam o comportamento autocrático, persecutório e castrador das liberdades, que a maioria do PSD leva a cabo no nosso concelho.

Os opositores políticos, e às vezes nem é preciso ser opositor, basta manifestar opiniões contrárias às da linha dominante, para se ser perseguido.

Por isso, num concelho onde praticamente não existe comunicação social, e os casos simbólicos que existem são completamente municipalizados na dependência económica da câmara, não deixa de ser de suprema hipocrisia criar um prémio para distinguir a crítica e a inclusão, prémio esse atribuído por uma câmara, e uma maioria, que é campeã de perseguição a quem a critica, que chegou ao ponto de impedir de votar contra as suas propostas na Assembleia Municipal, e que promove a exclusão daqueles que ousam dizer não.”-----

02.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO DOS TERMOS DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DESIGNADAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AOS VALORES MONETÁRIOS A SEREM APLICADOS JÁ A PARTIR DO ANO LETIVO DE 2022/2023, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 01 de setembro de 2022, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta para alteração dos Termos dos Protocolos de Colaboração para o Fornecimento de Refeições Escolares às

crianças e alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico e das Atividades de Animação e Apoio à Família da Educação Pré-Escolar, designadamente no que diz respeito aos valores monetários a serem aplicados já a partir do ano letivo de 2022/2023, bem como, para autorizar a sua outorga, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 5 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A ALTERAÇÃO DOS TERMOS DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DESIGNADAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AOS VALORES MONETÁRIOS A SEREM APLICADOS JÁ A PARTIR DO ANO LETIVO DE 2022/2023, BEM COMO, AUTORIZAR A SUA OUTORGA.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Abstemo-nos porque, é impossível terem enviado na segunda-feira à noite este monte de papéis com mais de 500 folhas para nós lermos e estarmos aqui hoje, a votar em consciência. E esta declaração de voto vale para o ponto 02.06.

É impossível que nós consigamos fazer uma análise destes documentos, e a culpa disso é da Câmara, porque a Câmara aprovou esta proposta no dia 1 de setembro, e portanto, podia ter remetido a proposta para o Senhor Presidente da Assembleia, para que o Senhor Presidente da Assembleia mandasse pelo menos aos líderes dos grupos, para que nós as pudessemos estudar. Não há obrigação da Câmara mandar todos os assuntos à última da hora e com o prazo mínimo legal.

A Câmara pode mandar os assuntos para o Senhor Presidente da Mesa, para o Senhor Presidente da Mesa os distribuir para consulta e estudo dos grupos. E o outro assunto 02.06 foi aprovado no dia 15 de setembro, portanto, a Câmara aprovou este no dia 1 e mandou-nos na segunda-feira à noite, e o outro, aprovou no dia 15 e mandou também na segunda-feira à noite e quer que nós estudemos estes contratos todos em 2 dias, como se nós não tivéssemos mais nada que fazer na vida. Mas isto é aquilo que eu disse há pouco, é falta de cultura democrática desta Câmara.

Quanto à questão do aumento da população, é verdade que Esposende tem aumentado não só o número da população, como de alunos, mas infelizmente, não é tanto graças ao nascimento

de cidadãos locais portugueses, é muito à base de imigração, porque estamos a receber muitos alunos imigrantes, brasileiros, inclusivamente indianos, africanos, que têm aumentado esses números. Ainda bem que vêm, porque nós precisamos de gente cá, mas não é fruto infelizmente de um aumento da natalidade no nosso concelho, não se verifica com esses números. Obrigado.-----

02.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ISENÇÃO DE TAXAS DE ADOÇÃO DURANTE O MÊS DE OUTUBRO – SEMANA DO ANIMAL 2022, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 22 de setembro de 2022, foi presente na sessão, para aprovação, proposta para autorização da Isenção de Taxas de Adoção durante o mês de outubro, no âmbito da semana do animal 2022. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 29 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS E DO CDS-PP, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, PARA A ISENÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS DE ADOÇÃO DURANTE O MÊS DE OUTUBRO, INTEGRADA COMO MEDIDA DE INCENTIVO À ADOÇÃO E A PUBLICITAR NESTE CONTEXTO DE SEMANA DO ANIMAL.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Apenas dizer que, no nosso entender, este tipo de medidas que saudamos, não devem ficar temporalmente limitadas à semana do animal, devendo também ser reiteradas noutros períodos do ano, precisamente para ir ao encontro daquilo que o Senhor Presidente dizia, de promover e incentivar a adoção dos animais.

Obrigado-----

02.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO DE ESPOSENDE 2022-2027, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de setembro de 2022, foi presente na sessão para aprovação, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Esposende 2022-2027, nos termos da alínea h) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E 6 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO DE ESPOSENDE 2022-2027, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"A declaração de voto é nos mesmos termos da declaração proferida no ponto 02.04."-----

02.07 - PARA CONHECIMENTO:

02.07.01 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015. -----

02.07.02 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

**. ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2022.---**

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015 e o Relatório de Execução Orçamental referente ao 1º Trimestre da Empresa Municipal Esposende 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____



03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo sexto do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado a inscrição do Senhor Tito Gaifem, que depois de autorizado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, interveio nos seguintes termos:

*“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Boa noite Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores membros da Assembleia,*

A minha intervenção não traz nenhuma surpresa, mas, como nesta Assembleia não tenho ouvido falar em determinados temas, eu lembrava o Senhor Presidente da Câmara, que já o é há muitos anos, se já se esqueceu da Variante de Fão. Uma obra que qualificou de muito importante, das mais importantes na altura, e se, nós vamos poder contar com essa obra, ou se efetivamente ela está prescrita, e o Centro Escolar de Fão, e o Complexo de Fão, vão continuar a ter uma acessibilidade, enfim, eu nem a quero qualificar.

Em relação ao saneamento básico na Rua das Pedreiras, também é um tema que eu não ouço falar, muito bem se fala muito nas comemorações dos 450 anos, dos próximos 500 anos, acho muitíssimo bem, mas, as necessidades prementes, prendem-se muito com o saneamento básico, e, melhor que eu o senhor conhecerá a percentagem de cobertura desse saneamento, lembro-lhe que eu, trimestralmente tenho que chamar um homem, com capacidade para me limpar as fossas sépticas, porque efetivamente não tenho saneamento na Rua Serpa Pinto em Fão, penso que conhece bem.

Surgiu agora aí um tema sobre a adoção dos animais, e como foi aqui falado, eu sou um adotante de um animal. Um animal perdido, contactei a Câmara, a Câmara não tinha um canil para albergar esse animal, a minha pergunta é esta, prometeram-me depois que esse animal podia ser castrado, até hoje. De facto colocaram-lhe um chip, mas a castração nunca mais aconteceu. E eu pergunto o porquê de Esposende não ter um canil municipal.

Muito obrigado, boa noite!”-----

Terminada a intervenção do público o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo prestado esclarecimentos, nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente,
Agradeço a participação do Senhor Tito Gaifem, e responderei às questões dentro do conhecimento que tenho das mesmas, e estava aqui a fazer um exercício de memória e a lembrar-me exatamente do que disse relativamente a esta questão, que eu não sei se foi colocada pelo próprio, mas foi-me colocado aqui na Assembleia Municipal, se calhar na qualidade de deputado municipal. E lembro-me perfeitamente de lhe ter dito que, olhava para essa variante como a mais importante do concelho, e logo que houvesse dinheiro para investir nesse tipo de infraestruturas, das várias variantes que estão previstas no concelho, essa seria*

a primeira a ser construída. Isso lembro-me perfeitamente de o ter dito, e continua exatamente atual aquilo que eu disse.

Importa dizer, que, dinheiro do Estado diretamente para os municípios, não há, há apenas as transferências correntes como sabe, e para este tipo de questões não há, dinheiro de fundos comunitários para vias de comunicação, também não há. Tudo aquilo que é feito, é feito por via do município, o que exige desde logo um grande esforço e uma reorientação daquilo que são as verbas municipais para uma obra de grande dimensão, como essa variante de Fão.

Agora, partilho consigo essa preocupação, de que é a via mais importante, temos que resolver os problemas da zona do Ofir que durante o verão e os fins-de-semana solarengos, acaba por ser quase impossível transitar naquelas zonas, nós já fizemos muita coisa para melhorar, mas não conseguimos ter uma alternativa rodoviária decente, e sim, se vierem a ser construídos e feitos, os investimentos que estão previstos para a zona do Campo de Futebol de Fão, que aproveito para dizer, está neste momento, pela primeira vez tem uma licença, ou melhor, não tem uma licença, tem a aprovação da arquitetura e está prestes a ter uma licença de utilização, desde há muitos anos e se isso vier a acontecer, naturalmente que nós, há um compromisso público assumido pelo Município, público e subscrito, de construção de uma parte dessa variante, para servir essa nova infraestrutura. Naturalmente que isso pode ser o início da construção e da ligação, à rua que liga à Apúlia.

Portanto, eu partilho consigo essa preocupação, mas estamos a falar de obras de milhões de euros, que o Município não tem neste momento disponibilidade para as mesmas, e portanto, teremos que aguardar por uma conjuntura mais favorável.

Gostaria muito que o PRR que foi distribuído, de uma forma muito desigual pelos municípios deste país, e se fizerem bem as contas, e olharem bem da forma como foram distribuídos os dinheiros, verão que, o Município de Esposende foi altamente penalizado, e poderíamos, não foi por falta de aviso, não foi por essas vias não constarem dos planos, e das nossas reivindicações, importa dizer isso, ela está no Plano de Ação da Mobilidade Urbana Sustentável, no nosso Plano que é sempre entregue a CIM, quando é para negociação com os fundos comunitários, está sempre lá essa reivindicação, entre outras, e no entanto, nunca somos atendidos, não fomos atendidos. Portanto, se há aqui uma responsabilidade quanto a essa via, acredite ela é muito mais da tutela do Estado, do que da Autarquia, a Autarquia não tem capacidade para construir variantes, como a variante norte da Apúlia, como a variante do Ofir, como a variante à cidade de Esposende. Nós não temos capacidade financeira para construir esse tipo de vias, com os custos de expropriação inerentes. Portanto, basta ver o esforço financeiro que não foi, a construção do canal intercetor, para uma área transversal de 15 metros, imagine o que é, uma via dessa dimensão.

Não é possível, infelizmente não é possível e custa-me muito dizer isto, mas tenho que lhe dizer a verdade.

Quanto ao saneamento da rua das Pedreiras, nós temos neste momento uma perspetiva de fazer um novo investimento no saneamento. Da parte dos fundos comunitários a indicação que temos, é que haverá muito pouco dinheiro para isso, para o ciclo urbano da água, no entanto, nós prevemos, e posso dizê-lo aqui, a contração de um empréstimo através da Esposende Ambiente, porque houve um empréstimo para investimento há cerca de uma década, estamos a terminar o seu pagamento, e faz todo sentido que a empresa volte a investir, para aumentar a sua rede, e servir cada vez mais pessoas no Concelho de Esposende.

Quanto à questão da Serpa Pinto, eu recordo que até houve na altura um abaixo-assinado para fazermos o saneamento naquela rua. E nós fizemos, na parte onde tinha mais concentração de habitações, e gastamos lá, cerca de quatrocentos mil euros naquela obra. Acontece que ainda hoje, há uma grande parte das pessoas que vivem nessa zona, que não fizeram a ligação ao saneamento. Ora, não é possível, nós temos que ser realistas, isto é um compromisso entre todos. Se as pessoas querem que lhes ponha o saneamento à porta, no mínimo, têm que ligar depois à rede de saneamento, quando ela existe. Não é economicamente viável, porque estamos a prejudicar todo o resto da população, a colocar um investimento de quatrocentos ou quatrocentos e cinquenta mil euros, para servir aquela zona, e chegar ao fim, ter meia dúzia de ligações, quando houve um abaixo-assinado, só que nós não conseguimos, a lei não nos permite, fazer o compromisso com essas pessoas e a assinatura de um contrato prévio, porque se permitisse, essa seria a forma correta de nós, hierarquizarmos os nossos investimentos.

Antigamente havia um período, logo a seguir à infraestruturação em que não se pagava pela ligação, o que fazia todo o sentido, desde há uns anos a esta parte a Câmara Municipal, face ao poder que tem sobre a Esposende Ambiente, eliminou o pagamento das ligações, não se paga as ligações. Só se paga a partir de 20 metros de distância do imóvel que vai ser servido, e paga-se a partir daí, até 20 metros não paga nada, e não paga absolutamente nada sobre a ligação. Deve ser dos poucos Municípios neste país, onde não paga a ligação.

Neste caso concreto, é muito difícil para nós, justificarmos fazer o resto do saneamento na Serpa Pinto, quando a parte que foi feita, ainda só tem 20, ou 30% de ligações, e com isto dizendo o quê? Nós temos já agora, uma taxa de cobertura da população de Esposende, de cerca de 85% em saneamento e praticamente 100% de água. É dos melhores rácios a nível nacional entenda-se. Mas, foi feito no tempo, efetivamente em que havia verbas disponibilizadas pelos fundos comunitários, e de facto, foi feito um grande trabalho no passado nessa área, ficaram as partes menos rentáveis, e as que, tecnicamente são mais difíceis de intervencionar, como é evidente. Onde é preciso elevatórias, os terrenos mais complexos, mais pedregosos, etc, foram ficando para trás.

Eu vou arriscar, utilizar uma expressão, alguém comeu a carne e deixaram os ossos, portanto, agora ficou a parte difícil de resolver. Sem dinheiro e com um custo acrescido, e ainda por cima, com os custos que hoje essas intervenções têm, como deve imaginar.

Portanto, a resposta é, já agora dizer aqui uma coisa que é muito importante na minha perspetiva, nós, face a estas dificuldades, e o dizer o contrário seria estar a mentir às pessoas, nós vamos fazer intervenções de saneamento, não quer dizer que não venha a ser elegível essa parte, essa zona, não estou a dizer isso, as prioridades serão definidas pelas respetivas Juntas de Freguesia, mas, nós vamos fazer uma cobertura, a alargar a área de cobertura do saneamento, mas nós temos um outro projeto, que está a ser desenvolvido há cerca de dois anos, tem a ver com a rede de saneamento móvel e, claro que isto carece sempre da aprovação da ERSAR, da entidade reguladora de água e saneamento, e que, passa por haver uma recolha, mas um serviço, que seja concentrado na própria Esposende Ambiente, sem prejuízo da colaboração com as Juntas de Freguesia, em que haveria uma redistribuição, basicamente o que nós pretendemos é, fazer cobertura de saneamento integral, ao Município. Integral é todas as freguesias, todas as casas do concelho têm que ter uma recolha de efluente, até por questões ambientais, para resolver o problema ambiental, mas, como facilmente compreenderemos, se nós tivermos uma casa que diste 500 metros num aglomerado habitacional, não vamos fazer uma linha de 500 metros para recolher o efluente de uma casa,

isso não faz qualquer sentido, aí eu acho que nunca deve ser feito, muito honestamente. Mas, o que é que deve ser feito? Essa habitação deve ter uma solução de saneamento adequada e ambientalmente validada. E, tal pode passar ou por uma fossa séptica normal, ou por uma fossa estanque, com um contrato de recolha.

Qual é que é a novidade neste processo todo?

É que ninguém deve pagar mais, por não ter um serviço à porta.

A novidade é, redistribuir os custos da operação de saneamento entre todos os utentes, naturalmente terá que ter ligação de água, mas a novidade há-de ser essa, mesmo que não tenha o saneamento à porta, e estou a falar do saneamento gravítico, mesmo que não o tenha, vai ter um mecanismo de recolha, feito pela Esposende Ambiente, ou por uma Junta de Freguesia, e irá pagar ao final do mês uma fatura, exatamente como se tivesse o saneamento gravítico. Para que não saia prejudicado, porque não tem culpa, por ter a sua casa num sítio diferente, muitas casas estão construídas há décadas, muito antes de haver Planeamento e Planos Diretores Municipais até. Portanto, o modelo é este, fazer saneamento gravítico onde ele é economicamente viável, e, ter um mecanismo para corresponder, no fundo, à necessidade de tratamento de efluentes um pouco por todo o concelho, chegando a todas as casas do concelho, a todas as fábricas e a todos os locais que produzam efluentes.

De resto, quanto ao canil, nós temos um projeto para um canil no concelho, importa dizer que isto é um processo muito complexo, a lei foi muito mal construída, e foi uma cedência do Partido Socialista, como sabe e muito bem, ao PAN, que foi completamente absurda, face aquilo que são os custos para manter este tipo de infraestruturas. Nós tínhamos um estudo feito na CIM, e a dada altura iria ser necessário sete milhões de euros por ano, para mantermos aquilo que era a recolha de animais nos seis municípios do Cávado, porque as regras que estão instituídas em termos de construção de equipamentos, de áreas, de cuidados médicos aos animais, etc, ao longo da vida toda, é preciso perceber, se recolhermos o animal, e ninguém o adotar, não o podemos “abater”, temos que respeitar essas situações, obriga a mantê-lo a vida toda. Portanto, pode ser apanhado um cachorro com um ano, ele vai durar mais 14 ou 15 anos e temos que lhe pagar a comida e todos os cuidados médicos que sejam necessários até ao final da sua vida, a não ser que ele tenha uma doença qualquer que possa passar a outros animais. Eu não estou contra isto, o problema é que isto devia ser precedido de uma responsabilização dos proprietários. Porque meus amigos, lembrem-se disto, as pessoas de outros municípios, vêm deixar os animais aqui a Esposende, e também pode haver pessoas de Esposende que o façam noutros municípios, mas isso acontece, e nós acabamos por ficar com um problema que não temos.

O que é que deveria ter sido feito, na nossa perspetiva, e é por isso que a lei está errada.

Nós não somos a favor do abate dos animais, que fique bem claro, mas, o que deveria ter sido feito, no fundo, era saber quem é que, já se fez para outro tipo de animais, na altura da gripe das aves, até as galinhas se contavam pelas freguesias.

Nós deveríamos saber que tem cães, quem os tem, identificar os proprietários, chipá-los, e haver uma corresponsabilização, porque ninguém os ia largar aí no meio do monte, sabendo que amanhã sabíamos quem era o proprietário, e havia penalizações graves para isso. Isso levaria a que cada um tomasse conta dos seus animais com responsabilidade. E, poderia haver canalização de verbas isso sim, para a esterilização dos animais, porque se eu tiver um cão, uma cadela, o que seja, e não quiser, mesmo por acidente vamos dizer assim, que ela emprenhe, eu tenho que ter um mecanismo que me permita, e aí o Estado e as Autarquias poderiam ajudar, e nós temos esses mecanismos também a funcionar aqui, mas devia ser



antes. Controlar a população animal e depois tratá-los a todos com dignidade e foi feito tudo ao contrário.

De repente bloqueou-se tudo, o próprio Estado não correspondeu a essa expectativa.

Dou-vos um exemplo, a minha colega de Vila Verde construiu um canil, ainda no tempo do antigo Presidente, ao fim de 15 dias estava completamente lotado e as pessoas iam lá e prendiam os animais à rede do Canil.

Isto é solução para alguma coisa?

Claro que não! Se for 100, nós temos 200, ou 300, é incontrolável este processo.

Eu partilho da sua preocupação, nós temos um projeto para um canil, tínhamos uma localização temporária para esse mesmo espaço, estamos a tentar encontrar uma solução alternativa para espaço, vamos construir uma infraestrutura, mas enquanto a lei não for mudada e não houver uma consciencialização dos donos dos animais, isto vai ser um processo muito complexo e muito difícil, face aquilo que é a irresponsabilidade das pessoas.

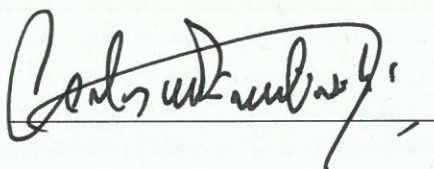
Porque há pessoas que gostam muito dos animais e os tratam muito bem, e há outras pessoas que, uma pessoa que abandona um animal, não gosta dos animais, eu nem sei como é que se consegue fazer isso, mas há quem o faça, colocando em risco os animais, e colocando em risco as pessoas, grande parte das vezes.

Isto é um assunto complexo, difícil, mas o Município tem uma resposta e aliás, é um compromisso político nosso vamos dizer assim, do executivo, construir um espaço para acolher animais temporariamente; não temos hipótese de os manter 100, 200, 300, 400, 500 animais, durante 10 anos, isso é inviável.”-----

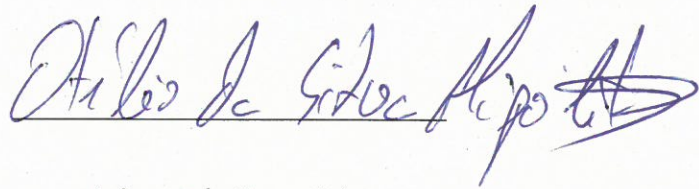
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 22 horas e 50 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

